



Competitividade na agricultura familiar: uma abordagem metodológica

Competitiveness in the family farm: a methodological approach

* Raquel Pereira de Souza

** Antônio Márcio Bucainain

Resumo

A competitividade da agricultura familiar tem sido questionada em muitas cadeias produtivas, todavia as metodologias de análise da competitividade voltadas ao agronegócio não tem conseguido captar especificidades do modo de produção familiar. Nesse sentido, o artigo propõe um marco metodológico de análise da competitividade da agricultura familiar, no qual a competitividade estaria associada a sua estratégia de reprodução social e econômica.

Palavras-chave: competitividade, agricultura familiar, marco de análise.

Abstract

The competitiveness of family farming has been questioned in many supply chains, however the analysis of methodologies aimed competitiveness to agribusiness has failed to capture specifics of family production mode. In this sense, the article proposes a methodological framework for analysis of the competitiveness of family farming, in which competitiveness would be associated with social and economic reproduction strategy.

Keywords: competitiveness, family farming, analysis framework.

* Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Engenharia de Agronegócios da Universidade Federal Fluminense. Email raquelsouza@metal.eeimvr.uff.br

** Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Professor livre docente do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: buainain@gmail.com

Introdução

O acirramento da concorrência nos mercados agropecuários tem suscitado discussões, no âmbito acadêmico e governamental, sobre a competitividade dos agricultores brasileiros, particularmente os agricultores familiares. O termo “competitividade”, antes privativo de especialistas, passou a integrar o jargão de executivos de empresas, gestores públicos e políticos e a ser utilizado em diferentes contextos e com diferentes significados, contribuindo para a perda de rigor no uso do termo e uma talvez excessiva flexibilização conceitual. O uso e abuso do termo competitividade decorrem ainda do fato de não haver um consenso sobre seu significado. Farina (1999) atribui essa falta de consenso à incapacidade de se criar um conceito abrangente e útil que dialogue e capte as múltiplas facetas da competitividade.

O fato de a competitividade apresentar múltiplas faces, determinantes e implicações permite a utilização de diferentes formas de análise que procuram examinar o assunto de pontos de vista e ângulos distintos; também permite a incorporação de diferentes níveis de análise (nacional, setorial, cadeia, firma e etc.), bem como o foco em diferentes protagonistas (nação, cadeias produtivas, firmas etc.). Nesse sentido, modelos de análise da competitividade utilizados em um determinado nível podem não ser suficientes para explicar a competitividade em outro nível, uma vez que as diferentes facetas intervêm, com ênfases diferenciadas.

Partindo desse ponto de vista, modelos de análise que visam identificar os determinantes da competitividade na agricultura em geral talvez não sejam suficientes para explicar a competitividade dos agricultores familiares, que estão sujeitos a condicionantes e trajetórias evolutivas que não se aplicam, com a mesma ênfase, às empresas não familiares. De fato, nossa hipótese é que algumas particularidades da gestão familiar do empreendimento agropecuário e dos sistemas produtivos que desenvolvem são fatores que intervêm, de forma decisiva, na competitividade destes produtores, e que podem ser irrelevantes quando se consideram cadeias produtivas do agronegócio, como a sucro alcoleira ou a do papel e celulose, ou de firmas, como a BR Foods ou o conglomerado JBS. Buainain et al. (2003, p. 331-332) apontam que a viabilidade da agricultura familiar passa pela valorização de elementos internos da unidade familiar associados a elementos externos à mesma:

(...) a viabilidade e rentabilidade passam, em grande medida, pela estratégia de reduzir riscos por meio da diversificação, potencializar a produtividade da mão de obra familiar por meio da tecnificação e incorporação de insumos industriais e buscar segmentos de mercado de alto valor agregado, nos quais possam ser obtidas algumas vantagens associadas à própria organização da produção familiar.

Embora os aspectos micro sejam relevantes para explicar a resiliência e competitividade da agricultura familiar em vários mercados, há também um conjunto de aspectos organizativos que intervêm na equação e que podem melhorar a

competitividade dos agricultores familiares. Essa consideração é importante, uma vez que cresce a discussão sobre o papel da agricultura familiar na produção agropecuária, principalmente na produção de commodities. Para muitos a agricultura familiar não seria competitiva porque em geral opera com uma escala produtiva, tem dificuldade para acessar tecnologias e de participar plenamente dos mercados de fatores. Dadas estas restrições, os agricultores familiares só seriam competitivos na produção de produtos voltados a nichos de mercado (orgânicos, que exploram aspectos sociais, culturais, entre outros) ou mesmo mercados institucionais, e seriam excluídos de segmentos nos quais a escala é relevante, como é o caso da maioria das commodities. Ao mesmo tempo, a evolução recente da agricultura familiar brasileira mostra a resistência da agricultura familiar em mercados nos quais, pela ótica da economia de escala, deveriam ter sido eliminadas ou pelo menos perdido espaço.

A manutenção do *market share* é suficiente para revelar a competitividade dos agricultores familiares na produção de leite, por exemplo. Toma-se, portanto, o indicador de competitividade revelada com ponto de partida, e a questão a ser investigada não é se os agricultores familiares são ou não competitivos, mas sim entender os fatores que explicam esta competitividade. Não se trata de uma questão trivial, mormente porque, segundo a lógica dos modelos analíticos mais utilizados, os agricultores familiares seriam deslocados destes mercados por produtores que se beneficiam das vantagens associados à escala de produção.

A partir das constatações abordadas anteriormente, o objetivo desse artigo é propor um marco analítico que seja capaz de contribuir para a explicação dos determinantes da competitividade da agricultura familiar, entendida competitividade em sentido amplo, como a habilidade / capacidade para disputar e se manter nos mercados relevantes nos quais os agricultores transacionam sua produção.

Agricultura familiar, competitividade e como ela tem sido analisada

Qualquer análise generalista sobre a agricultura familiar pode limitar a compreensão da dinâmica socioeconômica vinculada à mesma, uma vez que o universo da agricultura familiar abarca realidades e situações que podem ser radicalmente diversas. Não é o caso, neste trabalho, de retomar as controvérsias que cercam as tentativas de definir este universo (Navarro e Pedroso, 2011, e Schneider, 2003). Guanziroli et al (2013) indicam elementos que perpassam a diversidade e que seriam essenciais tanto para a definição operacional da agricultura familiar como para explicar sua singularidade e dinâmica própria vis a vis os empreendimentos não familiares: na unidade familiar a família responde diretamente pela gestão do estabelecimento, sem a intervenção de administradores, e aporta a maior parte da mão de obra necessária para o funcionamento regular da unidade, sendo a mão de obra contratada somente complementar. Do ponto de vista operacional, Guanziroli

et al (2013) definiram que “a maior parte” equivale a 50% + 1. No caso brasileiro, a grande maioria dos estabelecimentos familiares, constituída em um ambiente dominado pelo latifúndio, são relativamente pequenos, embora para Guanziroli et. al (2013) o tamanho do estabelecimento não seja um elemento definidor da agricultura familiar (operacionalmente a metodologia utilizada define um limite para excluir alguns latifúndios improdutivos, que por problemas de coleta de informação acabavam sendo classificados como familiares por não contar com contratação de trabalhadores). Nesse mesmo (Guanziroli et. al., 2013) e em outros trabalhos evidenciam a profunda heterogeneidade do universo familiar, e por isto classificam os agricultores familiares em quatro classes que expressam situações socioeconômicas distintas: em um extremo um agricultor capitalizado inserido nas cadeias produtivas tradicionais do agronegócio e no outro um agricultor empobrecido. É evidente que essa heterogeneidade se reflete na competitividade dos agricultores, ou, para ser mais preciso, se reflete em possibilidades diferentes de ser competitivo: alguns produtores poderão ser competitivos em alguns mercados, mas não o serão em outros. Esta afirmação remete à ideia de que a competitividade é, até certo ponto, relativa, e não um atributo ou situação absoluta: uma grande firma, que opera com uma escala elevada e que por isto mesmo é competitiva em certos mercados, pode ser, pelas mesmas razões que explicam a competitividade, pouco competitiva para atuar em mercado pequenos, locais, onde as vantagens não estejam associadas à padronização e à escala, mas sim à capacidade de adaptação, flexibilidade para atender clientes de forma quase pessoal etc.

O trabalho aqui apresentado incorpora e valoriza essas principais características da agricultura familiar: o trabalho familiar como o principal e a gestão da propriedade pelo próprio agricultor buscam compreender a competitividade da agricultura familiar nas suas diferentes realidades e incorpora estas diferentes realidades como parte da explicação da competitividade revelada.

Por outro lado, é importante ressaltar ainda que a proposta aqui apresentada de análise da competitividade não está direcionada ao campesinato, conceito que se mescla, de forma muitas vezes inapropriada, com o da agricultura familiar. Também não é possível entrar aqui na discussão que envolve estes conceitos. De um lado, é preciso separar as várias denominações associadas a este universo da agricultura familiar em diversas regiões – o colono no Sul do país, o agricultor no Nordeste, o sitiante no Norte – da caracterização política que busca reunir, em uma única categoria, este universo diferenciado (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008). Em relação ao campesinato, Ploeg (2008, p. 5) caracteriza a agricultura campesina como sendo fundamentada em circuitos curtos que escapam ao controle direto do capital, buscando seu auto controle e a auto gestão da base de recursos (sobre circuitos curtos ver Darolt, 2013). Nada impede a investigação dos fatores determinantes da competitividade do campesinato e inclusive a aplicação, com os devidos ajustes, do modelo analítico desenvolvido por Souza (SOUZA, 2011) e discutido neste artigo. No entanto, é preciso esclarecer

que a reflexão que deu origem à abordagem aqui proposta teve como referência a agricultura familiar, e não especificamente o campesinato, que pela definição de Ploeg poderia ser considerado um subtipo de agricultor familiar, ligado aos circuitos curtos, que podem ser mercados locais – as feiras semanais das cidades do Sertão Nordestino – os nichos de mercado ou “novos mercados”. O modelo aqui proposto tem como referência grupos de agricultores inseridos em cadeias longas, que competem diretamente com a agricultura empresarial e corporativa vinculada ao processamento em larga escala, produção de commodities comercialização de *tradeables*, que mesmo no mercado doméstico sofrem a concorrência e influência do mercado internacional.

A competitividade é um termo que tem sido usado com bastante flexibilidade, para refletir situações e posições bastante diferentes. O entendimento e utilização do termo competitividade nem sempre carrega um conceito, no sentido estrito que a ciência atribui aos conceitos, tal como a competitividade vista como “(...) a atitude de vender aquilo que é produzido” (MATHIS et al., 1988, p.97). Na literatura econômica os “conceitos” de competitividade, que na tradição clássica e neoclássica remetia à questão da eficiência nas relações insumo-produto, custo-lucro, produção-demanda (KUPFER, 1992), foi se ampliando para além do econômico stricto sensu e incorporando outras dimensões e variáveis como as ambientais, sociais e culturais. Do ponto de vista acadêmico, Harrison e Kennedy (1997) ressaltam que a escolha do conceito envolve a linha teórica e os objetivos do pesquisador. Assim, a qualidade dos conceitos não é definida apenas pela sua consistência lógica e capacidade para explicar as realidades. Dentro de certos limites, o conceito “mais adequado” de competitividade depende dos objetivos da pesquisa, da perspectiva de análise da competitividade e também da percepção do pesquisador sobre a dinâmica econômica. Esta “relatividade” justifica a ampla gama de procedimentos utilizados para determinar e explicar competitividade.

O fato de poder se considerar a competitividade como um atributo das empresas não exclui a consideração de outros aspectos e dimensões que dizem respeito a um espectro mais amplo das empresas, tais como o ambiente institucional, tecnológico, organizacional, aspectos geográficos e outros fatores que interferiram diretamente no desempenho das mesmas. Por isso, as diferentes abordagens sobre competitividade incorporam variáveis que operam no nível micro e macro, dimensões ambientais, institucionais etc., usando-as com ênfase e combinação diferenciada. Porter (1993), Diniz Filho e Vicentini (2004), Coutinho e Ferraz (2002) sugerem que a competitividade das empresas não depende apenas de fatores microeconômicos, mas também de todo o ambiente macroeconômico, político-institucional e até cultural em que as empresas atuam. Esta consideração também se aplica à agricultura familiar, cuja habilidade para competir nos mercados dos quais participa depende tanto de fatores de ordem micro como de todo o ambiente referido pelos autores.

A inexistência de um rigor conceitual e metodológico sobre a definição de competitividade permite a utilização de termos correlatos como vantagem competitiva, estratégia competitiva, diferencial competitivo, vantagem estratégica e capacidade

competitiva (SANTOS, 2006). No entanto, no presente artigo adota-se o conceito proposto por Haguenuer (1989, p.13), que define a competitividade como sendo:

(...) a capacidade de uma empresa, setor ou indústria de produzir mercadorias com padrões de qualidade que sejam específicos, que sejam requeridos por mercados determinados, de forma a utilizar recursos em níveis iguais ou inferiores aos que prevalecem em indústrias ou empresas que sejam semelhantes ao resto do mundo, durante certo tempo.

Ou seja, entende-se competitividade como a habilidade para disputar e permanecer, sustentavelmente, nos mercados dos quais participa. A opção por este conceito está calcada no fato de o mesmo permitir a incorporação de outras dimensões além dos custos de produção (grau de utilização dos recursos), entre as quais questões qualitativas, como as que se referem aos padrões de qualidade, instituições, aprendizado tecnológico, dentre outros aspectos que podem viabilizar a obtenção de um produto de qualidade, ou seja, competitivo. Além disso, esse conceito incorpora, na análise da determinação da competitividade, variáveis associadas à trajetória da empresa, portanto à sua história, as opções estratégicas adotadas no passado, o aprendizado e experiência acumulada, os capitais – físico-produtivo, financeiro, social e ambiental – construídos, os quais são relevantes para analisar o desempenho e competitividade dos agricultores familiares.

Trata-se de uma abordagem rica, que por um lado incorpora, na análise do uso eficiente dos recursos (custos) e da adequação às exigências do mercado – fatores microeconômicos chaves para explicar a competitividade – a realidade da empresa, as condições que a cercam e condicionam suas opções e oportunidades, e de outro permite a adaptação a produtores familiares que não operam como empresas capitalistas, e que se distinguem justamente pela unidade entre gestão e força de trabalho de natureza familiar. Esse conceito também remete, mas não de forma exclusiva, à importância da eficácia, no sentido de atendimento das exigências do mercado consumidor, e da eficiência, no sentido do melhor uso dos recursos, como elementos importantes na determinação da competitividade. Pode-se dizer que, para uma mesma dotação de recursos e um mesmo ambiente, a manutenção de uma posição sustentável ou o retrocesso no mercado é explicada em grande medida pelas estratégias adotadas e aprendizado acumulado no passado. Dessa forma, a estratégia da empresa frente às condições do ambiente no qual a mesma atua assume papel importante na determinação de sua competitividade.

Ao enfatizar a importância da estratégia e da trajetória das empresas para explicar a competitividade em um momento específico, abre-se uma questão sobre os fatores que no passado determinaram as opções estratégicas e como as trajetórias foram se conformando. É evidente que não é possível desenrolar todo o novelo nos limites do artigo, mas, como se verá adiante, a abordagem metodológica proposta permite incorporar a análise destes elementos para compreender a realidade atual dos agricultores. No caso dos agricultores familiares, observa-se que, não raramente, as

estratégias são resultado de ações associativas/coletivas, que vão se desenhando e concretizando no ambiente de associações de produtores, cooperativas e até mesmo pela ação dos movimentos sociais. Esta constatação não invalida e nem empobrece a vertente metodológica de pensar a competitividade também a partir dos resultados das estratégias adotada pelo agricultor individual, uma vez que é o produtor quem a adota, ainda que tenha sido formulada, e às vezes até imposta, seja pelas suas próprias organizações seja pelos atores com os quais se relaciona e a institucionalidade na qual está inserido, tais como as agroindústrias, os comerciantes, as políticas públicas, as regras de mercado, as visões de mundo. Independente da motivação, estas opções estratégicas tomadas por cada empresa ou agricultor criam algumas oportunidades e abrem alguns caminhos, fecham outros, impõe certos custos, possibilitam ganhos, exigem certos comportamentos, estão associadas a opções tecnológicas que, no conjunto, influenciam, de maneira decisiva, a capacidade dos agricultores competirem nos mercados nos quais estão inseridos. A opção estratégica pela ação coletiva, que pode ser muito importante para alguns grupos, é, neste sentido, mais um elemento – que pode ser central ou não – para a competitividade dos agricultores familiares.

Como tem sido analisada a competitividade no agronegócio

Barbosa (1999) afirma que a competitividade poderá ser mais bem entendida quando os diferentes níveis de análise forem levados em conta, pois cada nível inclui um conjunto de variáveis específicas e relevantes para explicar a competitividade da empresa, setor ou cadeia. Assim, é fundamental a utilização de um marco de análise que tenha um enfoque sistêmico, ou seja, que permita observar a competitividade de forma ampla.

A análise sistêmica implica em considerar que há interdependência dos componentes que fazem parte do sistema, por meio das relações técnicas, econômicas, comerciais dentre outras, que envolvem o intercâmbio de estímulos, informações e etc (SILVA E BATALHA, 1999). Um sistema é considerado uma coleção de elementos e uma rede de relações funcionais, que atuam em conjunto para o alcance de determinado propósito, sendo que essas relações se alteram ao longo do tempo, fazendo o sistema evoluir. A interdependência existe e manifesta-se quando a forma de ação de um dos componentes é determinada e determinante para as ações dos demais componentes. Sob esse ponto de vista a análise da competitividade de um dos elementos do sistema ou do conjunto do sistema requer uma visão holística, que permita identificar e qualificar as interações entre os elementos.

Batalha e Silva (2007) apontam que as definições sobre a abrangência do sistema (contornos do espaço de análise) e sua profundidade (nível de detalhamento) são difíceis de serem realizadas e que devem ser feitas a partir da clara identificação do fenômeno a ser estudado. A dificuldade sobre a determinação da abrangência do

sistema se intensifica com a constatação de que os contornos do sistema se alteram ao longo do tempo, dada as mudanças no ambiente onde o mesmo está inserido.

A partir dessa visão sistêmica, a literatura que envolve a agricultura e seus elos à jusante e à montante identifica duas abordagens distintas, porém convergentes em vários aspectos. A primeira abordagem é conhecida como Análise de Filière, originária da escola industrial francesa e que na literatura brasileira inspirou os conceitos de cadeia produtiva e de cadeia agroindustrial (ARBAGE, 2004; BATALHA E SILVA, 2007). A segunda é conhecida como Commodity System Approach (CSA), que tem origem na escola de Harvard e que na literatura brasileira embasou a construção dos conceitos de agronegócio, sistema agroindustrial e complexo agroindustrial. Ambas as abordagens realizam um corte vertical na economia, o que permite identificar os diferentes elementos que compõem o sistema nos diversos setores da economia.

A cadeia produtiva configura-se por três macro segmentos que se inter-relacionam: 1) comercialização; 2) industrialização; 3) produção de matérias-primas. A interação entre esses segmentos se dá por meio de fluxos monetários e informacionais que vão desde o consumidor até o fornecedor de insumos para os produtores das matérias-primas (BATALHA E SILVA, 2007). Esse itinerário envolve diferentes mercados: entre vendedores de insumos e produtores de matérias-primas; entre produtores de matérias-primas e agroindústrias; entre agroindústrias e distribuidores e entre distribuidores e consumidores, o que implica na necessidade de considerar que as estruturas de mercados que fazem parte do sistema são também determinantes da lógica de funcionamento.

Os macro segmentos da cadeia estão sujeitos às influências externas, que também determinam seu funcionamento, sendo, portanto, partes do sistema. Zylbersztajn (1995) segmenta esse ambiente externo nos ambientes organizacional e institucional. O primeiro é conformado pelas organizações que se relacionam direta ou indiretamente com a cadeia produtiva (sindicatos, instituições de pesquisas, políticas setoriais privadas), e o segundo (ambiente institucional) compreende as regras, normas, padrões de comportamento, enfim, as instituições formais e informais que afetam a cadeia (estão inclusos o sistema político, a política macroeconômica e as políticas setoriais governamentais). Os segmentos da cadeia produtiva e o ambiente externo estão representados na Figura 1.

FIGURA 1 – Fluxograma de uma cadeia produtiva

Ambiente Institucional: cultura, tradição e sistema legal.



Ambiente Organizacional: organismos públicos e privado, sistema financeiro, cooperativas dentre outros

Fonte: adaptado de Zylbersztajn (1995)

Segundo a concepção de cadeia produtiva, tanto o ambiente institucional quanto o organizacional podem influenciar o desempenho e a eficiência do conjunto e das partes, afetando, portanto, a competitividade das empresas que compõem a cadeia.

Farina et al. (1997) privilegia o uso da ideia de Sistema Agroindustrial (SAG), que deriva da visão sistêmica do CSA, em suas análises de competitividade. O esquema de análise proposto pela autora é apresentado na Figura 2. Farina parte do modelo Estrutura-Condução-Desempenho (ECD)¹, sendo a estrutura composta pelos ambientes organizacional, institucional e tecnológico e competitivo, que determina e é determinada pela condução (estratégias individuais), que, por sua vez, determina e é determinada pelo desempenho (a competitividade). Além disso, a autora agrega à análise do ambiente competitivo a identificação dos grupos estratégicos, bem como as estruturas de governança que condicionam e são condicionadas pelas estratégias das empresas.

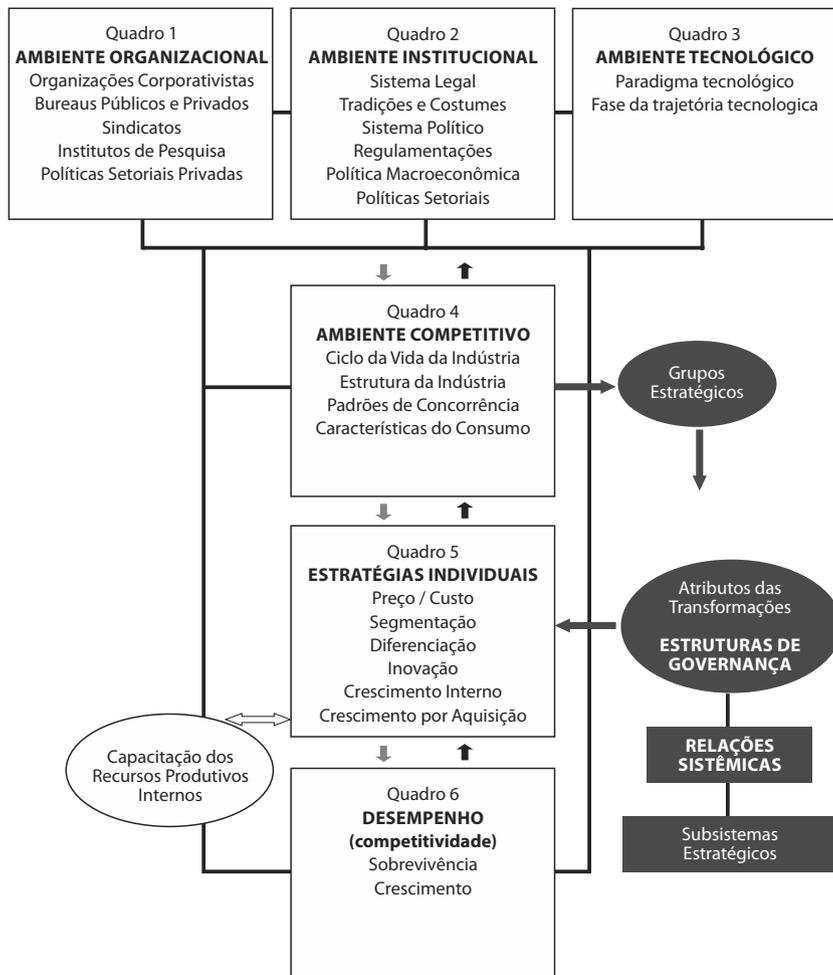
Van Duren et al. (1991), buscando analisar a competitividade da Indústria Agroalimentar do Canadá, sugere um processo de análise da competitividade baseada na evolução do *market share* e da rentabilidade. Segundo os autores, quatro conjuntos de fatores afetam o alcance da competitividade: 1) Os fatores controláveis pela firma: que podem ser manipulados pela estratégia de negócios da firma, tais como, treinamento, custos, pesquisa e desenvolvimento; 2) Os fatores controlados pelo Governo: que se relacionam às variáveis que afetam o ambiente de negócios, mas que são manipuladas pelo Governo, tais como as políticas fiscal e monetária, a política de pesquisa e desenvolvimento, a política educacional e trabalhista, regulamentações, dentre outras; 3) Fatores Quase-Controláveis: que podem ser parcialmente manipulados por agentes públicos e privados, tais como os preços dos insumos e matérias-primas, as condições da demanda e o comércio internacional; 4) Fatores não-Controláveis: que não podem ser manipulados, sendo que os agentes podem somente mitigar os efeitos desses fatores, tais como: clima e a existência de fontes de recursos naturais. Tendo em vista esses conjuntos de fatores, a análise da competitividade deve considerar a capacidade dos agentes público e privado de controlarem as variáveis que afetam o alcance da competitividade.

Segundo a proposição metodológica de Van Duren et al. (1991) existiriam sete direcionadores de competitividade, ou seja, sete dimensões de análise que refletem o posicionamento competitivo das empresas. São eles: 1) a produtividade dos fatores; 2) o nível tecnológico; 3) características dos produtos e serviços a eles associados; 4) Custos e disponibilidade de insumos; 5) a existência de concentração industrial; 6) as características da demanda; e 7) as características dos linkages que seriam os relacionamentos entre as firmas e seus fornecedores e consumidores.

A partir das contribuições de Van Duren et al. (1991), Silva e Batalha (1999) apresentam uma proposta metodológica para analisar as cadeias agroindustriais tendo como base a ideia de direcionadores. A Figura 3 apresenta o esquema analítico da competitividade proposto por Silva e Batalha (1999), que inclui seis

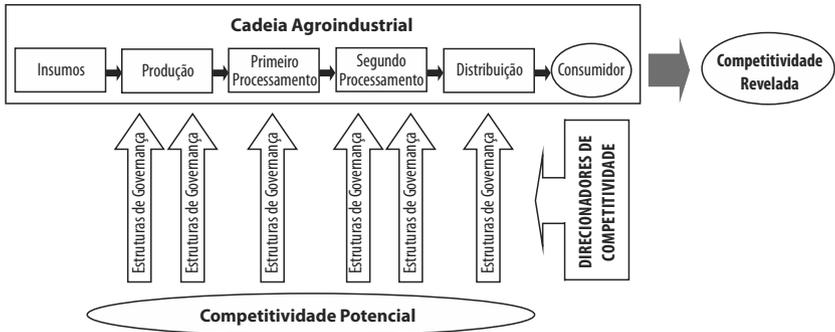
conjuntos de direcionadores que afetam a competitividade dos diferentes elos da cadeia agroindustrial. São eles: 1) Tecnologia; 2) Insumos e infra-estrutura; 3) Gestão empresarial; 4) Ambiente institucional; 5) Estrutura de mercado; 6) Estrutura de governança.

FIGURA 2 – Esquema de análise da competitividade para Sistemas Agroindustriais a partir da perspectiva de FARINA *et al.*



Fonte: baseado em FARINA *et al.* (1997).

FIGURA 3 – Indicadores de competitividade potencial e espaço de análise segundo Silva e Batalha (1999)



Fonte: adaptado de Batalha e Souza Filho (1999)

No entanto, os conceitos de cadeia produtiva e de Sistema Agroindustrial (SAG) usados por Farina et al. (1997) apresentam limitantes, principalmente se tratando da análise de uma empresa, como poderia ser considerado um estabelecimento ligado à agricultura familiar, que é a unidade de análise a ser considerada para aplicação da abordagem metodológica a ser proposta na sequência. A abordagem da cadeia produtiva (ver Figura 1) não permite a compreensão de como se dá a construção das estratégias das empresas, o que o presente artigo sugere ser de grande relevância para a compreensão da competitividade; além disso, a abordagem da cadeia produtiva considera somente dois elementos do ambiente no qual a cadeia está inserida – o institucional e o organizacional – desconsiderando elementos importantes relativos à estrutura de mercado e tecnologia, por exemplo. Já a proposição sistêmica de Farina et al. (1997) é mais completa e enfoca as estratégias individuais das empresas, sendo, portanto, mais apropriada para estudar a competitividade de uma empresa ou de uma indústria que faz parte de uma cadeia produtiva. No entanto, o esquema analítico de Farina et al. (1997) não permite a análise das influências vindas dos demais elos da cadeia produtiva no qual a firma está inserida e que não são considerados no esquema analítico (ver Figura 2), como faz, por exemplo, Silva e Batalha (1999) (ver Figura 3). Farina et al. (1997) também não consideram em seu esquema de análise a disponibilidade de fatores de produção e os fatores de ordem edafoclimáticos² como condicionantes da definição das estratégias individuais e da competitividade dos estabelecimentos e da própria cadeia. No entanto, apesar da importância crescente do capital e da tecnologia, tais dimensões são ainda relevantes quando se considera a produção agropecuária e seus setores à montante e à jusante.

O esquema analítico proposto por Van Duren et al. (1991) e Silva e Batalha (1999) avançam no sentido de considerar diferentes dimensões (os direcionadores) que afetam a competitividade. Porém, a proposta metodológica desses autores seria mais adequada para a análise da competitividade de uma cadeia produtiva e não de

uma empresa ou grupo de empresas que fazem parte da cadeia à medida que não enfoca a construção das estratégias individuais das empresas e, portanto, não capta adequadamente a construção da vantagem competitiva das mesmas.

Nesse sentido, a literatura atual sobre determinantes da competitividade no agronegócio não apresenta um marco analítico que permita captar as peculiaridades ligadas à agricultura familiar e explicar a sua competitividade.

A adequação dos procedimentos de análise da competitividade para o estudo de uma indústria ou uma unidade produtiva vinculados à agricultura familiar requer ajustes metodológicos importantes que levem em conta e incorporem elementos característicos de sua realidade social, econômica e ambiental. Neste sentido, quais são estas diferenças que precisariam ser consideradas para analisar a competitividade da agricultura familiar?

É importante ressaltar que, desde o nosso ponto de vista, a agricultura familiar é parte do agronegócio, entendido literalmente como “negócio da agricultura”. Segundo Davis e Goldberg (1957), agronegócio é a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Nesse sentido, todas as operações que envolvem a produção na agricultura familiar estão incorporadas no conceito de agronegócio e, portanto, modelos analíticos para estudo da competitividade no agronegócio podem ser utilizados como base para o estudo da competitividade da agricultura familiar, desde que ajustados, como dito anteriormente, à realidade desse tipo de agricultura.

Rumo a um marco de análise da competitividade para a agricultura familiar

A partir da definição simples e abrangente de agricultura familiar, proposta por Guanzioli et. al. (2013), que destaca como elementos constitutivos a gestão e o trabalho familiar, a análise da agricultura familiar no Brasil (ver Guanzioli et. al, 2001; Buainain et. al.,2007) revela pelo menos três características principais vinculadas a sua forma organizativa – que pode variar de região para região, grupo para grupo, respondendo inclusive às estratégias adotadas – devem ser considerados na análise dos determinantes da competitividade: 1) a diversidade produtiva; 2) a escassa disponibilidade de recursos produtivos e 3) o uso da mão de obra familiar.

A diversificação produtiva tem como base e objetivo a natureza das unidades familiares, que são unidades de produção e consumo e, por isto, buscam, mesmo aquelas que se encontram em sistemas produtivos mais especializados, produzir tanto para o consumo doméstico como para o mercado, em proporções que podem variar segundo as condições dos produtores e do ambiente no qual estão inseridos. A diversificação reflete um conjunto de fatores culturais, econômicos e ambientais; mas reflete, também, as opções estratégicas tomadas em um contexto marcado por

um conjunto de restrições históricas e estruturais como, por exemplo, o isolamento e o mau funcionamento dos mercados, que restringiram o potencial de especialização dos pequenos agricultores familiares e reforçaram a necessidade de manter uma produção doméstica mais diversificada. Apesar da evolução dos mercados, a diversificação se mantém como um traço marcante da agricultura familiar, e reflete muito mais uma estratégia consciente de redução de riscos e incerteza do que restrições à especialização (BUAINAIN et al., 2003).

A diversificação também possibilita o uso mais intensivo dos recursos escassos, elevando a eficiência geral ou produtividade total dos fatores disponíveis. De fato, a diversificação quase sempre está calcada em atividades com certa complementaridade, que eleva a produtividade total dos fatores, promovendo uma sinergia entre as atividades. Como ressalta Ferrari et al. (2005, p.23), “a multiplicidade de atividades no interior de uma mesma propriedade confere um diferencial de competitividade proporcionado pelo sinergismo econômico e ecológico dos sistemas diversificados”. A diversificação reduz o risco inerente à produção agropecuária na medida em que o agricultor tem um *pool* de atividades que lhe fornece alimentos, renda e insumos que reduzem os custos monetários de produção.

A diversificação permite ainda enfrentar problemas associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos. Para minimizar esse problema muitos agricultores familiares adotam estratégias que combinam atividades com prazos de maturação e fluxos de despesas e receitas diferentes, visando reduzir o risco e a dependência de capital de giro de terceiros (BUAINAIN et al., 2003).

A segunda característica da agricultura familiar é a escassez de recursos produtivos seja, a terra, o trabalho ou o capital. No Brasil, a agricultura familiar teve acesso marginal aos recursos produtivos, enquanto a agricultura patronal teve acesso privilegiado à terra e crédito público subsidiado, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira (WILKINSON, 1996; GONÇALVES NETO, 1997). Wilkinson (1996, p.158) argumenta que a produção familiar poderia provar a sua competitividade caso tivesse o mesmo acesso aos benefícios que a grande propriedade e que, portanto, “(...) a competitividade da produção em larga escala é artificial e fundamentada numa combinação de renda fundadora, através do acesso privilegiado à terra, e de créditos subsidiados”. Isso significa que, comparativamente ao produtor patronal, a agricultura familiar sofre de uma restrição maior aos recursos básicos de produção (especificamente terra, trabalho, capital e insumos). Essa condição restritiva permitiu uma série de práticas no uso e gestão dos recursos produtivos com o objetivo de melhor lidar com a escassez de recursos, o que já não teria acontecido na mesma proporção com os agricultores patronais, à medida que estes teriam tido maior acesso aos mesmos. Um exemplo disso seria a prática da “troca de dias de trabalho” ou mesmo a existência de “grupos de máquinas” entre os produtores familiares que permitem satisfazer, ao menos parcialmente, a falta de mão de obra contratada ou a falta de máquinas e implementos agrícolas.

A terceira característica é o uso da mão de obra familiar. A redução do custo operacional associado à utilização do trabalhador familiar é também um ponto relevante para a competitividade da agricultura familiar. A agricultura familiar permite a utilização do que Jerzy Tepicht (1973) denominou de “forças marginais de produção”, que seria a força de trabalho das mulheres, velhos e crianças. Essa “força marginal” tem um valor-trabalho somente dentro da propriedade e não externamente, não sendo, portanto, incluído no custo de produção agrícola. Há ainda os ganhos advindos do fato da gestão da propriedade ser realizada pelo próprio agricultor, que permite tanto uma redução de custo resultante da necessidade que haveria da contratação de um gestor, quanto principalmente, a aplicação de uma lógica que valorize o que existe na propriedade, otimizando a utilização dos recursos ali existentes.

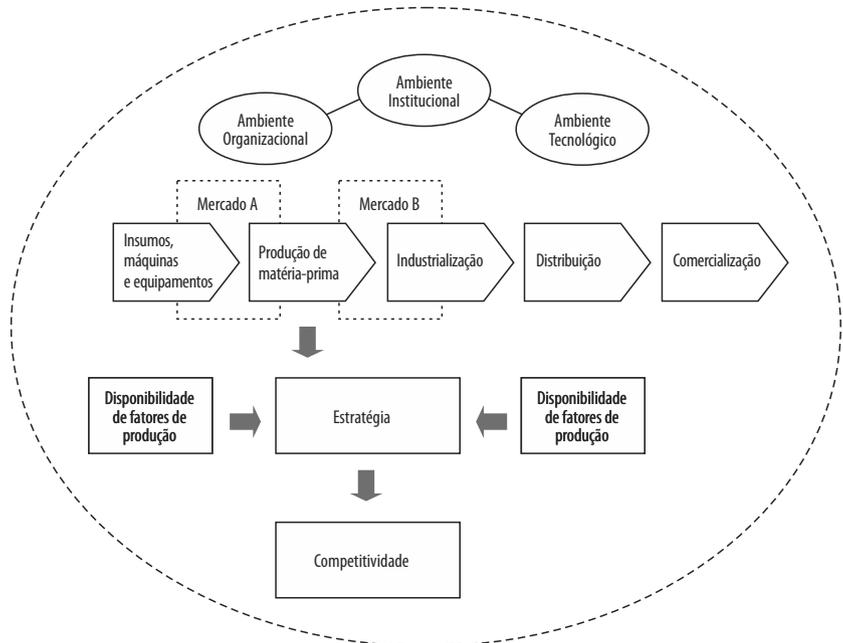
Além disso, outra consideração importante quando se trabalha com a questão da competitividade na agricultura é a interferência direta das características edafoclimáticas em dois momentos chaves: o primeiro, nas decisões dos produtores, desde as mais simples até as mais complexas, como a definição das estratégias produtivas e de reprodução que, como indicado, vão conformando as trajetórias dos elementos determinantes da competitividade; o segundo é nos resultados obtidos, que dependem, na grande maioria dos casos, das características e condições edafoclimáticas – as características afetando o potencial produtivo e as condições durante o processo de produção afetando a produtividade e o próprio resultado final, abaixo, na média ou acima do potencial e do esperado. Retoma-se, assim, a análise de Van Duren et al. (1991), que incorpora estas condições como “fatores não controláveis”, ou seja, aqueles sob os quais os produtores não podem controlar, mas somente mitigar seus efeitos. Nesse sentido, embora os produtores possam alterar em alguma proporção as características edafoclimáticas, estas são tomadas como dadas na construção de sua estratégia. Dada a relevância destas três características da agricultura familiar brasileira, o modelo proposto para analisar a competitividade da agricultura familiar busca incorporá-las à análise, juntamente com as características edafoclimáticas, e identificar como estão materializados na estratégia de produção (ou reprodução social como será abordado posteriormente). Tais aspectos foram negligenciados nos esquemas de análise da competitividade no agronegócio discutidos anteriormente.³

A Figura 4 apresenta um marco de análise da competitividade para empresas/propriedades da agricultura familiar que considera os aspectos apontados anteriormente. A partir desse esquema a competitividade seria condicionada por seis conjuntos de fatores, ou dimensões: 1) o ambiente organizacional; 2) o ambiente institucional; 3) o ambiente tecnológico; 4) o ambiente competitivo – que envolve os mercados A e B da Figura 4 – que a empresa se insere na cadeia produtiva; 5) as características edafoclimáticas e 6) a disponibilidade dos fatores de produção. Vale ressaltar que cada um destes conjuntos diz respeito à múltiplas variáveis inter-relacionadas, e que são separadas em conjuntos diferentes apenas para fins analíticos. Estas dimensões não pretendem ser exaustivas, o que de resto seria impossível

na tentativa de construir uma metodologia para examinar uma realidade – a competitividade dos agricultores – que é produto de muitas variáveis e circunstâncias; no entanto, pretendem, sim, captar e sintetizar os elementos mais relevantes para explicar a competitividade dos agricultores. Se e em que medida logram este objetivo depende da aplicação da metodologia a mais casos do que Souza (2011) pode realizar, que foi suficiente para demonstrar a validade da abordagem, pelo menos para o caso dos produtores de leite familiares no Norte gaúcho.

Como se procura ilustrar visualmente na Figura 4, os ambientes organizacional, institucional e tecnológico envolvem toda a cadeia produtiva na qual os agricultores familiares estão inseridos, apresentando-se como condicionantes gerais e ao mesmo tempo determinantes das estratégias e da competitividade dos produtores. O ambiente competitivo, identificado na Figura 4 como sendo compostos pelos mercados A e B afetariam somente as empresas localizadas nos elos que fazem parte desses mercados, especialmente as propriedades familiares que produzem matéria-prima. Vale ressaltar, que apesar de ser possível encontrar o processamento e mesmo a distribuição de produtos sendo realizados em propriedades familiares, o que tornaria necessário englobar todos os mercados ao longo da cadeia, optou-se por centralizar

FIGURA 4 – Marco de análise da competitividade na agricultura familiar



Fonte: elaboração própria

a análise nos mercados A e B, uma vez que, o foco é a competitividade na produção de matérias-primas. Já as características edafoclimáticas e a disponibilidade de fatores de produção afetariam diretamente as estratégias das firmas, ou seja, dos agricultores familiares. A partir da ação simultânea dessas seis dimensões os agricultores familiares edificam sua estratégia de ação. Esta, por sua vez, conduzirá (ou não) a competitividade dos mesmos.

Nesse sentido, a estratégia é responsável pela competitividade. Como o alcance da competitividade depende, a partir da definição de Haguener (1989), da capacidade da empresa produzir com qualidade e a preços competitivos (custos relativamente baixos), a definição de sua estratégia passa por incorporar meios que viabilizem o alcance de um produto de qualidade com preços competitivos.

Assim, a estratégia é um elemento importante na análise da competitividade. As definições propostas por Hofer e Schandel (1978), Porter (1989) e Mintzberg (1988) remetem à ideia de estratégia como sendo um conjunto de ações da empresa que visa fazer frente à forma como o meio no qual ela está envolvida se apresenta.

No entanto, quando consideramos um estabelecimento da agricultura familiar (como também em outras empresas de caráter familiar nos demais setores de atividade econômica) como uma unidade empresarial, a noção de estratégia deve ser ampliada para incorporar o fato de o agricultor familiar ser empresário e trabalhador. Nesse sentido a sua estratégia é composta por um misto da estratégia empresarial (busca pelo lucro) e da estratégia do trabalhador, que visa basicamente à reprodução familiar. Assim, o conceito de estratégia de reprodução social cabe de forma adequada a essa realidade. Por estratégia de reprodução social do agricultor familiar compreende-se as respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração (SCHNEIDER, 2003, p.114), ou seja, tem como objetivo não somente o aspecto econômico que envolve a atividade produtiva, mas também o aspecto social, de reprodução da família.

Uma forma plausível de observar a materialização dessa estratégia nas unidades agrícolas é observar a composição e funcionamento dos principais sistemas produtivos utilizados. Esses sistemas refletiriam as escolhas dos produtores, diante de seu objetivo de reprodução social da família e considerando a existência de um conjunto das relações internas a propriedade e externas, entre a propriedade agrícola e meio no qual está inserida.

Dufumier (1990) conceitua sistemas de produção como sendo uma combinação coerente no espaço e no tempo, de determinada quantidade de trabalho, seja familiar ou assalariada, de meios de produção (terra, máquinas, demais insumos) que permitem auferir diferentes produções agrícolas e/ou pecuárias. A análise de um sistema de produção não requer somente a análise de cada atividade isoladamente, mas também a análise da concorrência que pode se estabelecer entre as diferentes atividades produtivas por recursos naturais, as relações sinérgicas existentes entre as atividades e a repartição da força de trabalho e dos meios de produção entre

as atividades. A definição dos sistemas de produção por cada agricultor leva em consideração, segundo Mazoyer e Roudart (2001), os recursos de que eles dispõem a natureza das relações sociais e o contexto em que operam.

Ampliando a definição de Dufumier, Wives (2008, p.23) compreende sistemas produtivos como a combinação, no tempo e no espaço, dos recursos disponíveis, com a finalidade de obter produções animais e vegetais. A análise destes sistemas produtivos requer a identificação das relações existentes entre os subsistemas (sistema pecuário, sistema agroindustrial, sistema agrícola) que fazem parte do sistema geral, a identificação de suas sinergias, complementaridades e concorrências, bem como, sua coerência. Os sistemas produtivos representam, assim, a materialização dos objetivos socioeconômicos dos produtores, diante de um conjunto de variáveis determinadas externamente, tais como fatores climáticos, culturais, político, econômicos e etc., que se alteram ao longo do tempo, o que, por sua vez, reflete mudanças nos próprios sistemas produtivos.

Assim, sinteticamente, as colocações anteriores apontam que as estratégias dos agricultores familiares incorporam objetivos das empresas (busca de rentabilidade, lucro e crescimento) e das famílias (qualidade de vida, segurança alimentar), sendo que a definição dessas estratégias é influenciada pelos ambientes que os envolvem, que no marco analítico proposto é composto pelos ambientes organizacional, institucional e tecnológico, pela disponibilidade de fatores de produção e pelas características edafoclimáticas do ambiente no qual desenvolvem suas atividades. Por sua vez, a constituição dos sistemas produtivos seria a materialização dessas estratégias, pois refletem a forma escolhida pelo agricultor para atingir seus objetivos enquanto produtor e enquanto unidade familiar, tendo em vista as influências dos ambientes nos quais está inserido.

Nesse sentido, desenvolver uma análise que parta da identificação dos sistemas produtivos permitirá observar como estes respondem às influências dos ambientes, de forma a se manter na atividade produtiva sendo, portanto, competitivo.

Vale ressaltar que, partindo de uma visão sistêmica e da análise dos sistemas produtivos, não faz sentido falar em competitividade de um produto de forma isolada, uma vez que a competitividade alcançada por um produto depende do sistema produtivo como um todo, o que no limite remeteria à competitividade do próprio sistema produtivo. Dessa forma, não é possível analisar e avaliar a competitividade de um produto numa determinada região; o leite, por exemplo, sem considerar que este faz parte de um conjunto de atividades que possuem complementaridades em diversos aspectos e que é, justamente, esse conjunto que permite ou não que o produto seja competitivo.

Portanto, a competitividade de uma atividade produtiva da agricultura familiar é resultante da estratégia de reprodução econômica e social adotada pela família, a qual se materializa em sistemas produtivos particulares que explicam a competitividade e a sustentabilidade ou não dos próprios sistemas. A definição da estratégia e a

conformação dos sistemas produtivos levam em conta a disponibilidade de recursos internos, o nível de organização dos produtores, as alternativas abertas pelas políticas públicas e pelo nível de desenvolvimento local assim como outras influências do ambiente externo. Trata-se, na prática, de um processo no qual o jogo entre restrições e possibilidades vai definindo e redefinindo estratégias e oportunidades, com momentos de estabilidade e de ruptura. Isso implica considerar que sistemas produtivos competitivos podem ter suas fontes de competitividade originadas: a) no ambiente externo que envolve a firma e a cadeia (organizacional, institucional e tecnológico); b) nos diferentes elementos que fazem parte da cadeia produtiva, considerando aqui também as características do mercado nos quais a empresa está inserida; c) na estrutura física e organizacional da propriedade.

É importante destacar que o centro da proposta aqui presente é o agricultor familiar que se organiza para produzir, tendo em vista seus recursos internos e a configuração do ambiente externo. Essa visão, apesar de microeconômica, não subestima a ação coletiva (sindicatos, parcerias, cooperativas, grupos de trabalho, dentre outros) que é tão importante no caso da agricultura familiar, mas incorpora esse elemento no ambiente externo (ambiente organizacional). A importância de cada elemento é demonstrada quando da aplicação desse marco de análise na pesquisa empírica, etapa esta não abarcada pelo presente trabalho. Vale considerar que o ambiente externo que envolve a firma e a cadeia produtiva, mais especificamente os ambientes organizacional, institucional e tecnológico e competitivo, são compostos por fatores controláveis ou quase controláveis, seguindo a classificação de Van Duren et al. (1991) já abordada anteriormente. Nesse sentido, os interesses de agentes públicos ou privados podem influenciar na direção desses fatores e, portanto, fatores que num determinado momento influenciaram a favor da competitividade podem ser modificados e no momento seguinte prejudicarem o alcance da mesma.

As dimensões sugeridas na análise da competitividade da agricultura familiar podem ser desmembradas em diferentes variáveis que devem ser analisadas. No Quadro 1 são apresentados os conjuntos de fatores suas definições, bem como as variáveis relacionadas a estes.⁴

É esse conjunto de variáveis que estão presentes nas estratégias dos agricultores familiares e que, portanto, são elementos que fornecem ou não competitividade a esses agricultores. Dependendo do comportamento e das relações entre essas variáveis a agricultura familiar disporá de maior ou menor grau de competitividade.

Conclusões

Nos últimos anos o debate e a preocupação com a inserção da agricultura familiar nos mercados vêm se ampliando, seja no âmbito acadêmico, político ou da construção das políticas públicas. Formuladores de políticas públicas, pesquisadores e representantes dos vários segmentos dos produtores têm enfatizado as vantagens

Quadro 1 – Dimensões de análise da competitividade e suas variáveis correspondentes

	DIMENSÕES DE ANÁLISE	DEFINIÇÃO	VARIÁVEIS RELACIONADAS
1	1 Ambiente institucional	Compreende as regras, normas, padrões de comportamento, políticas públicas, sistema político, política macroeconômica e serviços que configuram o ambiente no qual os agricultores familiares desenvolvem suas atividades produtivas.	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente macroeconômico (investimento público, carga tributária, políticas setoriais); • Políticas públicas específicas; • Acesso a crédito • Ambiente de cooperação; • Heranças culturais (exemplo: opção por atividades de produção de grãos, gosto pelo trabalho, grau de abertura a adoção de tecnologias). • Regras de comportamento
2	Ambiente organizacional	É conformado pelas organizações que se relacionam direta ou indiretamente com a cadeia produtiva (sindicatos, instituições de pesquisas, políticas setoriais privadas) e que afetam o desenvolvimento das atividades produtivas.	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias entre as organizações; • Arranjos cooperativos • Diversidade de organizações atuantes em diferentes áreas relevantes para o desenvolvimento da atividade produtiva; • Conquistas das organizações em benefício do desenvolvimento da atividade produtiva (mudança das instituições);
3	Ambiente tecnológico	Compreende o perfil de adoção de inovações tecnológicas por parte dos agricultores familiares.	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de tecnologias chaves para ampliação da produção e redução de custos. • Disponibilidade de inovações tecnológicas adequadas; • Condicionantes para a adoção de inovações tecnológicas; • Acesso às informações sobre as tecnologias existentes; • Acesso ao crédito para aquisição de inovações tecnológicas; • Acesso à educação e qualificação.
4	Ambiente Competitivo	Compreende a análise das estruturas dos mercados relevantes para os agricultores familiares quais sejam: entre agricultores e agroindústrias e entre agricultores e ofertantes de fatores e insumos de produção, bem como, dos sistemas de coordenação encontrados nestes mercados.	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de padrões de concorrência, vigentes, o que implica em considerar: concorrência preço e extra-preço, presença de grupos estratégicos, marcas, atributos de qualidade, estabilidade de entrega, reputação de confiança, inovação contínua em produto ou em processo (Farina, 1999); • Grau de diferenciação do produto; • Existência de barreiras à entrada e a saída; • Ocorrência de economias de escala e de escopo; • Tamanho médio das firmas; • Grau de concentração da oferta e da demanda; • Características dos consumidores desses mercados; • Distribuição espacial da produção • Proximidades dos centros de demanda. • Sistemas de coordenação adotados

Quadro 1 (cont.) – Dimensões de análise da competitividade e suas variáveis correspondentes

	DIMENSÕES DE ANÁLISE	DEFINIÇÃO	VARIÁVEIS RELACIONADAS
5	Disponibilidade dos Fatores de Produção	Compreende a disponibilidade de fatores de produção internos a propriedade (mão de obra, capital físico e financeiro, terra e insumos de produção), sua qualidade, bem como o uso ótimo destes. A escassez desses fatores de produção, bem como, a gestão no uso destes devem ser considerados quando se analisa a agricultura familiar.	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de recursos próprios x uso do recurso de terceiros; • Grau de capitalização; • Fluxo da entrada de recursos financeiros; • Uso de mão de obra familiar x uso de mão de obra contratada; • Gestão do trabalho familiar; • Acesso a mão de obra contratada; • Evolução no uso de tecnologias que substituem a mão de obra e terra; • Adequação do tamanho da área para o sistema de produção adotado; • Situação (proprietário, arrendatário, etc.) do explorador; • Utilização de insumos produzidos internamente (sementes, adubos, alimentação dos animais, dentre outros); • Existência de sinergia entre as atividades desenvolvidas internamente para o suprimento dos insumos e desenvolvimento das atividades produtivas; • Qualidade da mão de obra.
6	Características edafoclimáticas	Compreende os fatores edafoclimáticos encontrados na região, ou seja, ligados à natureza biológica do processo produtivo agropecuário. Esses fatores afetam a produção pecuária e agrícola. Abrange o clima (inclusive regime hídrico), qualidade do solo e o relevo.	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação do tipo de solo para a produção vegetal; • Adequação do clima (umidade e temperatura) para a produção vegetal, bem como, para o bem estar animal; • Adequação do relevo para a pecuária (quando envolve pastejo); • Disponibilidade de água para hidratação dos animais.

Elaboração: autores

da agricultura familiar para explorar determinados nichos de mercados, caracterizados como “novos mercados”, tais como o mercado de produtos orgânicos, de produtos artesanais ou “caseiros”, de produtos solidários (com apelo de preservação da agricultura familiar e sua cultura), vinculados a circuitos curtos, e até mesmo os institucionais. Apesar de distintos, o traço comum que une estes mercados é a transação com produtos diferenciados, com possibilidade de precificação particular, que valoriza um conjunto de atributos “estranhos” ao mercado de commodities, nos quais opera o jogo básico da oferta e procura e, em teoria, os preços tendem a se nivelar ao custo de produção do produtor marginal cuja produção é necessária para atender a demanda. Os novos mercados estão dominados por consumidores cujas preferências incluem valores sociais, proteção ambiental, produção livre de insumos industrializados, pro-veniência, dentre outros, que estão dispostos a pagar preços diferenciados para

obter produtos que carregam este conjunto de atributos. No entanto, apesar das desvantagens associadas à baixa escala produtiva, a agricultura familiar pode ser competitiva na produção de algumas commodities transacionadas em mercados “velhos”, nas chamadas cadeias longas das quais participam empresas e produtores patronais, desde que o processo produtivo se baseie e valorize especificidades e vantagens potenciais das unidades familiares, que são fundamentalmente associadas à gestão da mão de obra e da produção em geral.

É nesse contexto que se insere o presente artigo, que propõe um marco para analisar a competitividade da agricultura familiar, desenvolvido a partir de metodologias e roteiros analíticos utilizados por outros autores, sendo eles: Silva e Batalha, 1999; Farina et al. 1997; Van Duren et al., 1991; Zylbersztajn, 1995.

A inovação do marco proposto consiste, fundamentalmente, em incorporar as especificidades da agricultura familiar, e em admitir que a estratégia de concorrência e a competitividade destas unidades é profundamente marcada pela estratégia de reprodução social e econômica desses produtores, que envolve considerações de natureza extra-econômica, como os fatores culturais, os laços familiares e as tradições e conhecimentos locais. Do ponto de vista analítico considerou-se que a estratégia de reprodução dos agricultores familiares é determinada por seis diferentes conjuntos de fatores, que incorporam e refletem uma série de determinações micro e sistêmicas dadas pelo conjunto das relações internas e externas ao estabelecimento agropecuário. Nesta perspectiva, a competitividade de uma determinada atividade que faz parte de um sistema de produção familiar não é construída de forma individual pela “firma”, mas depende tanto da interação do conjunto das “firmas” / unidades familiares com os vários elos e elementos do sistema, como de todo um conjunto de relações da atividade específica. Os sistemas produtivos refletem as escolhas dos produtores levando em conta as potencialidades e os limites do ambiente nos quais estão inseridos. A principal implicação dessa forma de observar a competitividade é a necessidade de considerar a existência e constituição dos sistemas de produção e como as atividades que fazem parte deste contribuem para a construção da competitividade de uma determinada atividade.

A competitividade está inerentemente ligada com o jogo do mercado, com a competição ali estabelecida. Quem é competitivo sobrevive, quem não é não sobrevive no jogo particular do qual participa. Neste sentido, a competição é um método de seleção, e a competitividade a condição necessária para se manter no jogo.⁵ As vantagens competitivas podem estar associadas à capacidade de produzir com preços mais baixos do que os concorrentes, seja em mercado de commodities seja em mercados de produtos diferenciados, mas também podem estar associadas à capacidade de atender determinadas especificidades demandadas por certos mercados, onde o preço mais baixo deixa de ser determinante já que o mercado está disposto a remunerar os produtores que atendem certas condições com preços mais elevados.

Produzir a preço mais baixo não é, necessariamente, associado à escala e nem ao uso da tecnologia mais avançada disponível no mercado. Na agricultura, os diferenciais associados à localização e à qualidade da oferta ambiental – fertilidade e características naturais do solo, regime pluviométrico, condições sanitárias etc. – são muito relevantes e podem ser determinantes para a competitividade de produtores de certa localização vis a vis os de outra, que podem inclusive produzir com custo mais baixo e perder a vantagem devido a custos logísticos mais elevados associados a uma localização menos favorável. Produzir a preço baixo não é, portanto, um atributo exclusivo de grandes produtores de commodities, e produtores menores podem, em certas circunstâncias, compensar eventuais custos de produção mais elevados com vantagens associadas à localização e gestão da produção. Mas independente das características específicas do jogo, os preços sempre contam, e mesmo nos mercados curtos, especiais, que valorizam a produção associada a objetivos sociais e ambientais, os produtores enfrentam limites de preços, e aqueles que não lograrem produzir nas condições de qualidade e preço exigidos por estes mercados serão também excluídos do jogo.⁶ Portanto, qualquer modelo que avalie a competitividade deve também considerar aquelas variáveis que interferem na formação dos custos de produção, que em certas conjunturas pode ter um papel determinante na sobrevivência – na competitividade – do produtor.

Deve-se ter claro que o artigo não pretende avaliar, nem muito menos validar, uma ou outra estratégia competitiva, e nem mesmo qual delas – se participar de cadeias longas ou curtas, produzir para o mercado X ou Y usando a tecnologia Z ou W – é mais adequada para os agricultores familiares. O destaque dado à possibilidade de ser também competitivo em mercados mais próximos ao das commodities teve como objetivo questionar o senso comum que considera que os agricultores familiares são inviáveis em mercados onde a escala é um fator relevante, justamente porque não poderiam usufruir das vantagens de escala, em particular da redução de custos de produção advindos da escala.

Souza (2011) mostrou que os agricultores familiares recuperaram a competitividade no mercado de leite, da mesma maneira que continuam sendo competitivos em outros mercados, como a produção de aves e carne suína, e até mesmo em grãos, nos quais os ganhos de escala são relevantes. Isto significa, portanto, que múltiplos fatores determinam a competitividade, e que, em muitos casos, é possível produzir com custos, produtividade e qualidade competitivos, e competir com produtores que, em uma análise superficial, gozariam de vantagens competitivas por serem maiores, terem mais acesso aos mercados financeiros, mais opções tecnológicas e inserção facilitada em cadeias de valor mais dinâmicas.

A metodologia aqui proposta permite identificar os fatores que respondem pelas variáveis mais relevantes para explicar a competitividade dos agricultores familiares. É evidente que contar com a mão de obra familiar é parte da vantagem, mas não explica tudo, pois se assim fosse todos os agricultores familiares seriam competitivos

e não enfrentariam dificuldades para se manter. Ser competitivo significa produzir em condições adequadas para o mercado no qual estão inseridos, e estas condições variam de mercado para mercado. Se o produtor está participando de mercados de quasi-commodities, a condição de competitividade pode ser uma relação custo benefício pelo menos equivalente à dominante, o que exija elevada eficiência produtiva e logística, um nível de produtividade compatível com os limites impostos pelos preços determinados no mercado; se está participando de mercados especiais, a condição pode ser produzir com uma tecnologia específica, orgânica ou agroecológica, métodos tradicionais / artesanais que preservem valores culturais relevantes, o que também implica se adequar a um conjunto de restrições e a operar com níveis de produtividade compatíveis com os limites de preços que prevalecem nestes mercados. Em qualquer um destes casos, a competitividade ou a não competitividade do(s) produtor (es) foi (foram) construída (s) ao longo de uma trajetória marcada por opções estratégicas que vão sendo feitas em função de um conjunto de fatores que a metodologia proposta pretende organizar.

Não existe, para os agricultores familiares, a possibilidade de montar uma nova unidade de produção competitiva, como fazem as indústrias ou estabelecimentos comerciais, desenhadas levando em conta os principais fatores para ser competitivo, mudam-se de um estado para outro, transportando a planta toda para ganhar competitividade. Da mesma forma que a Teoria Evolucionista vê as firmas como resultado da sua evolução (ver, por exemplo, Penrose, 1959) os agricultores familiares são também resultado das opções das opções estratégicas que fizeram – e que pode ter sido resultado de uma ação coletiva, induzida por políticas públicas, fatores familiares e culturais, dentre outros –, e que interagem com as condições correntes na determinação da competitividade. O modelo proposto organiza o conjunto de fatores que permite analisar a formação da competitividade.

Notas

¹ Sinteticamente o modelo ECD propõe que as características da estrutura de mercado condicionam a conduta das empresas (que se referem às políticas de preços, de produtos, a ocorrência de colusão, dentre outros) atuantes no mercado e estas, por sua vez, determinam o desempenho das empresas e do mercado, que diz respeito à locação eficiente de recursos, à ocorrência de progresso técnico e ao atendimento das demandas dos consumidores.

² Refere as características definidas através de fatores ambientais tais como o clima, o relevo, a temperatura, a humidade do ar, o tipo de solo e a precipitação pluvial, .

³ Vale ressaltar, porém, que a proposta apresentada na sequência resgata elementos das metodologias de Farina et al. (1997), Van Duren et al. (1991), Batalha e Silva (1999) e Zylbersztajn (1995), entre outros.

⁴ O processo de construção deste conjunto de variáveis como síntese da proposta metodológica para a análise da competitividade da agricultura familiar está bem documentado em Souza (2011), que analisou os determinantes da competitividade dos produtores de leite da região Norte gaúcha. Buainain, Souza Filho e Silveira (2002), fazem um apanhado dos fatores citados na literatura como determinantes da adoção, os quais serviram como ponto de partida para a análise de Souza (2011). Outro trabalho que serviu de referência foi o de Bittencourt et. al (1998), e finalmente, no trabalho de Buainain e Souza Filho (1998) analisam a capacidade de pagamento dos beneficiários do Proterra, e apresentam um conjunto de fatores que também compôs a lista de referência usada por Souza (2011).

⁵ Agradecemos o parecerista anônimo que, dentre os inúmeros comentários valiosos, propôs esta formulação, que transcrevemos quase literalmente do parecer.

⁶ O comércio justo (Fair trade) é um mecanismo desenvolvido precisamente para promover a inclusão dos produtores agrícolas mais pobres, de países menos desenvolvidos, cuja validade é inegável. Trata-se de um mercado fortemente regulado, e as mesmas regras que asseguram que os produtos comercializados são produzidos por grupos e em condições que atendem os objetivos do mecanismo, excluem parte dos produtores do mesmo grupo, que não estão em condições de se adequar às condicionalidades para participar das redes de comércio justo. Neste caso a competitividade não está associada ao preço, mas aos critérios exigidos pela certificação, que englobam condições sociais, ambientais, trabalhistas, dentre outras. Os preços justos são negociados de forma a viabilizar a produção do grupo, o que não significa que seja possível sancionar qualquer preço e que os consumidores não levam em consideração o preço no momento de optar pelo produto “justo” (VIEGAS, 2012).

Referências bibliográficas

- ARBAGE, A. P.** *Custos de transação e seu impacto na formação e gestão da cadeia de suprimentos: Estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Administração, PPGA/UFRGS, 2004
- BARBOSA, F. V.** Competitividade: conceitos gerais. IN: RODRIGUES, S. B. (Org.). *Competitividade, alianças estratégicas e gerência internacional*. São Paulo: Atlas, 1999.
- BATALHA, M.O.; SILVA, A.L.** Gerenciamento de sistemas agroindustriais. IN: Batalha, M.O. (Ed.) *Gestão agroindustrial*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BITTENCOURT, G. A. et al.** *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Convênio FAO/INCR, 1998.
- BUAINAIN, A. M et al.** Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias* [online]. 2003, n.10, pp. 312-347.
- BUAINAIN, A. M. et al.** *Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos*. Campinas: UNICAMP, 2007. 238 p.
- BUAINAIN, A. M., SOUZA FILHO, H. M.** *Procera: impactos produtivos e capacidade de pagamento*. Brasília. Relatório preparado para o MEPE. Convênio FAO/Incr, 1998.
- BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M.; SILVEIRA, J.M.** Agricultura Familiar e Condicionantes da Adoção de Tecnologias Agrícolas In: Lima, D. M. A.; Wilkinson J. (Org.). *Inovações nas Tradições da Agricultura Familiar*. Brasília: CNPq, 2002, p. 47-81.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C.** *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papiros e Editora da Unicamp, 2002.
- DAROLT, M. R.** Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: Nierdele, P. A.; Almeida L.; Vezzani, F. M. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.
- DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A.** *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957.
- DINIZ FILHO, L. L.; VICENTINI, Y.** Teorias espaciais contemporâneas: o conceito de competitividade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 9, p. 107-116, jan./jun. 2004.
- DUFUMIER, M.** Importância de la tipologia de unidades de producción agrícolas en el analisis de diagnostico de realidades agrarias. IN: ESCOBAR, G; BERDEGUÉ, J. (eds). *Tipificación de sistemas de producción agrícola*. Santiago de Chile: Gráfica Andes. 1990.
- FARINA, E. M. M. Q.** Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. *Revista Gestão & Produção*. Vol. 6. Nº 3. 1999, p. 147-161.

FARINA, E.M.M.Q; et al. *Competitividade: Mercado, Estado e Organizações*. Ed. Singular, SP, 1997.

FERRARI, D. L. et al. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. *Informações Econômicas*. São Paulo. v. 35, n. 1, p. 22-36, 2005

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Ed. Hucitec. 1997

GUANZIROLI, C. et al. Family farming in Brazil: evolution between the 1996 and 2006 agricultural censuses. *The Journal of Peasant Studies*, 40:5, 817-843, 2013. DOI: 10.1080/03066150.2013.857179

GUANZIROLI, C.; et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284 p.

HAGUENAUER, L. *Competitividade: Conceitos e Medidas*. Texto para Discussão, IEI/UFRJ; n. 211; RJ.1989

HARRISON, R. W.; KENNEDY, P. L. A neoclassical economic and strategic management approach to evaluating global agribusiness competitiveness. *Competitiveness Review: An International Business Journal*, v.7, n.1, p.14-25, 1997.

HOFER, C. W. e D. SCHENDEL. *Strategy formulation: Analytical concepts*, West Publishing Company, 1978.

KUPFER, D. Padrão de Concorrência e Competitividade. IN: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM ECONOMIA. 19, Campos do Jordão. *Anais....*, Campos do Jordão, Associação Nacional de Pesquisa em Economia, 1992.

MATHIS J. et al. La compétitivité industrielle, *IRES*, Dunod, Paris, 1988.

MAZOYER, M., ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MINTZBERG, H. Strategy-Making in Three Modes. IN: QUINN, J. B.; MINTZBERG, H.; James R. M., (ed.), *The Strategic Process-concepts, contexts and cases*, Prentice-Hall Inc, 1988.

NAVARRO, Z; PEDROSO, M.T.M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. Embrapa: Brasília. *Texto para Discussão* n. 42, 2011. **PENROSE. E.T.** *The theory of the growth of the firm*. New York: John Wiley Ed., 1959.

PENROSE, E. *The Theory of the Growth of the Firm*, Oxford, Oxford University Press, 1959

PORTER, M. *Vantagem Competitiva*. Rio de Janeiro: Campus 1989

SANTOS, M. *Contribuição à Compreensão do Conceito de Competitividade nas Organizações*. VII SEMEAD – Seminários em Administração, FEA/USP, São Paulo, 2003.

SCHNEIDER, S e NIEDERLE, P.A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) *SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e Pluriatividade, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

SILVA, C. A. B. ; BATALHA, M. O. Competitividade em sistemas agroindustriais: metodologia e estudo de caso. IN: Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares, 2, PENSA/FEA/USP. *Anais....* Ribeirão Preto-SP, 1999.

SOUZA FILHO, H. M.; BUAINAIN, A. M. Patrimônio, produção e capacidade e pagamento dos assentados. In: Souza, José Gilberto de; Gebara, José Jorge; Wirley, Jerson Jorge. (Org.). *Reforma Agrária e Crédito Agrícola*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, v., p. 178-198.

SOUZA, R. P. *Competitividade na agricultura familiar: os limites da exclusão*. Unicamp: Campinas (Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico), 2011.

TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture*. Paris, 1973

VAN DER PLOEG, J. D. V. D *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. Londres: Earthscan, 2008.

VAN DUREN, E. et al, . Assessing the competitiveness of Canada's agrifood industry. *Canadian Journal of Agricultural Economics*, v.39, p.727- 738, 1991.

VIEGAS, I. F. P. *Redes de comércio justo e solidário: organização, relações e valores*. Campinas: Unicamp (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, 2012.

WILKINSON, J. Integração regional e o setor agroalimentar dos países do Mercosul: a produção alimentar na encruzilhada. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, ano 17, n. 1, p. 155- 184, 1996.

WIVES, G. D. *Funcionamento e performance dos sistemas de produção da banana na Microrregião do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2008.

ZYLBERSZTAJN, D. *Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições*. Tese de Livre-Docência, Departamento de Administração, FEA/ USP. 1995.

